

# UDR vai à Justiça contra a limitação da anistia do Cruzado

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

O resultado da votação da anistia dos devedores do Cruzado foi recebido com uma explosão de gritos e palmas das galerias comandadas pelo presidente da UDR, Ronaldo Caiado. Ele saiu carregado nos ombros, subiu em um caminhão e sem microfone ou iluminação discursou durante 15 minutos para uma platéia de micros e pequenos empresários rurais e urbanos. Mas, enquanto a UDR comemorava, o Plenário da Constituinte tirava o gosto de sua vitória, aprovando a emenda do deputado Roberto Freire, do PCB, limitando o alcance da anistia.

Mesmo assim, o senador Roberto Campos, do PDS, não se conteve: "Transformaram o calote num conceito constitucional". Já o líder do PFL, deputado José Lourenço, não estava muito preocupado. "A esquerda foi esperta", disse ele, mais tarde, jantando em sua casa. "Eles

voltaram atrás e essa anistia custará no máximo uns 50 bilhões, muito menos do que aceitávamos dar".

As autoridades da área econômica não tinham os números exatos do custo da anistia, mas do Rio de Janeiro o ministro da Fazenda, Mafson da Nóbrega, mandou suspender todos os repasses de custeio agrícola, até que o governo saiba quanto a anistia representa. O ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, disse que o governo não abre mão de reduzir o déficit público a 4% do PIB. "Vamos cortar o que for necessário", disse um assessor do ministro. O senador Mansueto de Lavor, um dos autores da fusão de emendas, ironizou: "Não vai sair por mais do que um quinto dos gastos com a Ferrovia Norte-Sul".

O presidente da UDR, decepcionado, reagiu assim que foi informado de que a anistia era menor do que se comemorava: "Não fomos derrotados, apenas a esquerda, que se diz defensora dos trabalhadores e do povo, mostrou as suas garras e provou que ela é a verdadeira lobista dos banqueiros". Ele disse que foi informado por assessores de que as votações posteriores estavam prejudicadas, daí ter se retirado das galerias.

Caiado disse que os advogados da UDR derrubarão na Justiça a limitação imposta pela Constituinte e que agora ganhou uma nova bandeira de luta. E criticou o ministro da Fazenda: "Ele mentiu fazendo terrorismo fiscal na televisão, a anistia não vai aumentar impostos".

O presidente da Confederação Nacional do Comércio, Antônio de Oliveira Santos, disse que a anistia "é uma loucura, uma medida demagógica que vai prejudicar toda a sociedade". A medida, segundo ele, abre um precedente muito sério e terá repercussão negativa para os empresários, "que é sério e ficará com a imagem prejudicada". O senador Roberto Campos, do PDS, desabafou assim que terminou a votação: "Transformaram o calote em conceito constitucional".



José Paulo

Caiado: o ministro mentiu